

LEMBRAR DE SELECIONAR PARA ENTÃO, ESQUECER: Reflexões sobre memória, arquivo e seus modos de expressão

Francine Bergenthal*

RESUMO

Apresenta uma breve reflexão sobre a construção da memória e seus modelos de representação, bem como a relação do arquivo como lugar de armazenamento da memória coletiva. As reflexões feitas no decorrer do presente trabalho foram desenvolvidas através de uma pesquisa bibliográfica. Desenvolve um breve histórico das relações da escrita, memória e arquivo a partir de uma análise representativa. Relaciona a questão da memória como matéria seletiva em meio ao cenário arquivístico, além de fornecer informações sobre o funcionamento da teoria arquivística no que diz respeito aos métodos de seleção e avaliação da informação. Por fim, retoma a ideia da memória como meio de representação da memória social nos mais diversos tipos de suportes.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo. Memória. Avaliação. Expressão da Informação.

RESUMEN

Se presenta una breve reflexión sobre la construcción de la memoria y sus modelos de representaciones, como la relación del archivo como un lugar de almacenamiento de la memoria colectiva. Las reflexiones hechas en el transcurso del presente trabajo fueron desarrolladas a través de una investigación bibliográfica. Se desarrolla una breve historia de las relaciones de la escritura, la memoria y el archivo a partir de un análisis representativo. Se relaciona la cuestión de la memoria como materia selectiva en medio del escenario arquivístico, además de proporcionar información sobre el funcionamiento de la teoría arquivística en lo que dice respecto a los métodos de selección y evaluación de la información. Por último, se retoma la idea de la memoria como medio de representación de la memoria social en los más diversos tipos de suportes.

PALABRAS-CLAVE: Archivo, Memoria, Selección, Expresión de la Información.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma breve reflexão sobre a construção da memória e seus modelos de expressão, bem como a relação do arquivo como lugar de armazenamento da memória coletiva. A consolidação do modelo de representação de

* Estudante de graduação em arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenadora de Comunicação da Executiva Nacional dos Estudantes de Arquivologia (Gestão 2013-2014). Atualmente é estagiária da Cia Carris Porto Alegre e é contribuinte da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul. franbergenthal@gmail.com.

memória ocidental conhecida na contemporaneidade teve como ponto de partida a relação com a escrita. A partir disso, há diversas relações que englobam a complexidade da memória como fator determinante da história e de seus processos subjetivos, como por exemplo, o sentimento de pertencimento.

A importância da memória social está diretamente ligada à relação lembrança e esquecimento, mas principalmente com a seleção e avaliação das informações decorrentes das atividades sociais. Tanto a escassez quanto a abundância do uso da memória pode ser prejudicial no meio social, por isso há a necessidade do filtro informacional.

Nos arquivos, encontramos a representação das atividades sociais desenvolvidas. Para que se possa recuperar informações decorrentes dessas atividades, é utilizada a teoria arquivística que propõe, através de um estudo de contexto e seleção criteriosa, o que deve ser preservado ou eliminado. Para finalizar, é revista a questão da memória social no meio contemporâneo acelerado. Afirma-se que a memória social é produzida não somente através de documentos com caráter monumental histórico, mas que a mesma se dá e se expressa independentemente por diversos suportes.

2 MEMÓRIA CONSTRUÍDA E ARMAZENADA

É interessante pensar que os homens, mesmo antes da escrita, já faziam algum tipo de registro, através de um modelo de representação do seu contexto sociocultural, seja em forma de pinturas, seja na produção de artefatos. Entretanto, os conhecimentos dessas sociedades eram transmitidos de uns para outros, através da oralidade. O surgimento da escrita, fato que divide a pré-história da história na cultura ocidental contemporânea, fez com que a forma de registros fosse através de um conjunto de letras que imobilizava a linguagem falada.

Uma das hipóteses mais aceitas para o surgimento desse modo de registro é a partir de uma atividade administrativa, da necessidade de se registrar os contratos de compra e venda e listas de propriedade de sacos de grãos e de gado (MARTINS, 1998).

A escrita passou a ter um papel fundamental para as sociedades¹, se sobressaiu às pinturas e aos objetos ou a qualquer modo que possa ter surgido. Substituiu a lei oral, a convenção verbal e a tradição.

O aparecimento da escrita provocou uma grande mudança na memória coletiva. Segundo Le Goff (1996), isso ocorreu de duas formas: através de inscrições em epígrafes com caráter monumental para comemorar os acontecimentos memoráveis, o que causou um enorme esforço de comemoração e perpetuação da lembrança; a outra forma de memória, ligada à escrita, refere-se a documentos que registram e armazenam informações, permitindo que haja comunicação em diferentes tempos e espaços. Nesse contexto, se deu a construção de instituições-memória (arquivos, bibliotecas, museus), na qual os responsáveis são os *mnemones*:

os *mnemones* são utilizados pelas cidades como magistrados encarregados de conservar na memória o que é útil em matéria religiosa e jurídica. Com o desenvolvimento da escrita, estas “memórias vivas” transformam-se em arquivistas (LE GOFF, 2003, p. 433).

Analisando a função dos *mnemones* de “conservar o que é útil”, observamos que eles eram responsáveis pela seleção do que seria lembrado e, conseqüentemente, do que seria esquecido. A seleção dos registros é um procedimento extremamente delicado, uma vez que esses ‘antigos arquivistas’, se é que podemos chamá-los dessa forma, estavam determinando não só a história, mas também a identidade de um Estado-nação.

Entretanto, não podemos esquecer que a seleção da memória, tanto individual quanto coletiva, está associada a sentimentos e políticas. Dessa forma, buscamos considerar um determinado período, no qual a escrita é consolidada, de modo a definir regras e princípios morais daqueles que estavam melhor posicionados na hierarquia social e política, onde a maioria da população não era alfabetizada. Assim, ao concluirmos nossa breve colocação histórica, indagamos: deve-se considerar os

¹ É importante ressaltar que a sociedade que está sendo abordada no texto é a da cultura ocidental eurocêntrica. De forma alguma está em questão a evolução social através da análise da escrita.

registros como pertencentes à história de toda uma nação ou como apenas expressões de interesse de uma classe específica da sociedade?

3 MEMÓRIA (RE)CONSTRUÍDA

Gutenberg desenvolveu os tipos móveis que causaram a chamada “explosão” da informação (BURKE, 2002). Com isso, a difusão e a produção de informações, em diferentes formas e suportes (material e imaterial), tornaram-se mais acessíveis. Imergimos na Era da tecnologia, somos “bombardeados” de informações e também, as produzimos em excesso. Essa disseminação informacional gerou um cotidiano acelerado, repleto de informações com potencialidade de importância individual e/ou coletiva. A possibilidade e a facilidade de armazenar registros que contenham informações relacionadas a algum tipo de sentimento de identificação social, pode ter sido um ponto de partida de uma espécie de ufanismo pela memória.

A memória é subjetiva e complexa, pode alterar a direção do passado, determinar o presente e modificar o futuro por estar diretamente relacionada com emoções e subjetivações. A subjetividade de memória se dá não só através dos sentimentos dos indivíduos, mas também na relação da lembrança com o esquecimento, suas implicações e principalmente na seleção. Pode-se observar, nos arquivos históricos das sociedades ocidentais, os reflexos das relações sociais da produção documental. Esses registros, em forma de documentos, constroem uma fonte de pesquisa de extrema importância sobre essas sociedades, já que refletem as suas funções e atividades. Além disso, preservam as informações relevantes para a história dessa sociedade em um determinado tempo e espaço.

Para que os documentos cheguem aos arquivos históricos, eles precisam ser recolhidos dos arquivos administrativos, ou seja, aqueles que os produziram. Nos arquivos que possuem tratamento documental, isto é, a aplicação da teoria arquivística, os documentos passam por um processo criterioso de seleção, são identificados e avaliados para determinar se serão preservados ou eliminados. Essa seleção possibilita

a criação de uma imagem que determinada instituição/organização deseja transmitir, uma vez que há a relação dicotômica de lembrança e esquecimento.

Todorov (1995) faz uma interessante reflexão sobre os regimes totalitários e as democracias liberais. No caso dos regimes totalitários, todas as informações que pudesse testemunhar qualquer vestígio da sociedade dominada eram destruídas, acreditando-se na utilização da supressão da memória como método de dominação. Já nas democracias liberais, passado um século de repúdio ao esquecimento e valorização da difusão da informação, a memória ainda é utilizada como método de dominação, porém através da superlotação informacional, ou seja, a perda de fluxo seletivo. Para além da classificação de regimes totalitários ou democracias liberais, podemos compreender que a conquista das terras e dos homens passava pela conquista da informação e da comunicação (TODOROV, 1995).

A discussão em torno da seleção da memória é complexa, pois envolve questões políticas e sociais, de forma que determina quais (ou de que grupo) as informações serão preservadas e/ou eliminadas. Os exemplos de registros históricos ocidentais, em sua extensão, procedem de quem estava em posição de poder e não expressam a maioria da população. A seleção é um poderoso elemento da memória social, através dela pode-se construir ou desconstruir tradições, identidades, culturas, etc.

A avaliação, feita nos arquivos, é um procedimento que necessita de um estudo de contexto. Este estudo faz parte da gestão documental que tem como objetivo facilitar o acesso a informação através de eficiência na busca, identificação, classificação, processamento, armazenamento e disseminação de informações, independentemente do suporte. Então, podemos dizer que a seleção documental é consciente, enquanto que o que acontece com a memória individual é inconsciente.

A avaliação é utilizada em função da necessidade de esquecer, já que o esquecimento é o combustível para a narrativa. Por isso, não podemos acumular todas as informações que recebemos. Senão lotaríamos nossas mentes com superficialidades, colecionaríamos informação e acabaríamos como o personagem desenvolvido por

Borges: Funes, o Memorioso, era uma espécie de enciclopédia em forma de homem, sobrecarregado de informações sem ter, entretanto, a capacidade de pensar:

Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, entretanto, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No abarrotado mundo de Funes não havia senão pormenores imediatos. (BORGES: 2001, p. 128)

Utilizando a reflexão que Borges (2001) nos proporciona em relação à memória individual, podemos perceber que a seleção e o esquecimento são elementos importantes para a memória. No caso dos arquivos, Lopes (1993) faz uma reflexão acerca da importância desses procedimentos de classificação, avaliação, seleção e do gerenciamento da informação. Se armazenássemos tudo que produzimos teríamos cidades inteiras apenas com os documentos produzidos. O autor sugere, ainda, que tais cidades se chamariam: Arquivópolis e Documentolândia (LOPES, 1993).

Mesmo que isso fosse possível teríamos outro problema: a rápida produção e disseminação da informação dentro dessas cidades, isto é, teríamos que estar sempre expandindo o espaço já que estamos sempre produzindo. A proposta de solução que Lopes oferece é justamente a aplicação da teoria arquivística, desde a produção até a sua destinação final. Dessa forma, as massas documentais acumuladas seriam evitadas e não teríamos que acumular informações desnecessárias:

A solução definitiva do problema só é possível com o tratamento da doença na origem: os arquivos correntes. As massas documentais existem, porque os documentos na fase corrente não foram objeto de tratamento técnico-científico (LOPES, 1993. p. 42)

Os procedimentos arquivísticos nos possibilitam uma maior racionalização, eficiência e preservação da memória, do patrimônio documental de interesse histórico cultural. Isso se dá através da gestão documental já que é “um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento” (DBTA, 2005). Para que seja possível aplicar a gestão documental e

gerar seus instrumentos de pesquisa, é necessário um estudo institucional a fim de compreender o funcionamento e a representação de suas funções. Dessa forma, é possível estabelecer quais são os documentos necessários para a memória de determinado Estado, empresa, instituição, organização.

A avaliação pode ser considerada o coração da gestão documental, pois permite a compreensão do ciclo de vida documental, pelo estudo da estrutura administrativa, além da identificação dos seus valores: primário e secundários², e a definição dos prazos de guarda. Com isso é possível a redução da massa documental acumulada, agilidade na recuperação da informação, racionalização da produção e do fluxo documental, liberação de espaço físico e incremento a pesquisa (BERNARDES, 1998). É no processo de avaliação documental que irão surgir dois instrumentos de pesquisa fundamentais para a arquivística: o plano de classificação e a tabela de temporalidade.

Londolini expressa muito bem a relação da avaliação documental para a memória no meio social:

[...] a avaliação pode se comparar ao trabalho do cirurgião, que, para salvar a vida do doente, amputa um braço ou uma perna, impedindo assim a progressão da gangrena. Ele escolheu então o mal menor. Contudo, a amputação de um braço ou uma perna é, sem dúvida, um mal em si (LONDOLINI, 1990, p.164, apud JARDIM, 1996).

É possível que mesmo com a aplicação de todos os critérios arquivísticos, sejam eliminados documentos consideráveis para a história seja de um indivíduo, seja de uma instituição ou de um Estado. Isso ocorre porque, assim como a nossa memória, escolhemos o que iremos lembrar e esquecer, no caso da memória esse processo ocorre de maneira intuitiva através do subconsciente. No caso dos arquivos, a escolha é realizada por indivíduos, que estão em um determinado meio social, quer dizer, a construção da memória faz parte de um processo subjetivo e pode ser influenciada por características políticas e sociais.

4 PRODUÇÃO E REGISTRO DA MEMÓRIA SOCIAL

² De acordo com Bernardes valor primário é referente à sua produção e seu uso para fins administrativos, fiscais e legais e o valor secundário é a possibilidade do documento de servir como prova ou fonte de informação para pesquisa.

A escrita nos trouxe uma forma de representação que se perpetua até os dias de hoje, sendo considerado o modo mais legítimo de registro dentro das sociedades ocidentais. As epígrafes e os monumentos também foram uma forma de representação da memória social, todavia, não foram tão valorizadas quanto à escrita.

Com a escrita foi possível imobilizar o conjunto de letras que, através da formação de sílabas, formam as palavras. Representam em todos os tempos e espaços o mesmo conjunto simbólico, diferente dos desenhos pinturas, esculturas e outras manifestações de expressões “artísticas” que podem ser interpretados de diversas maneiras dependendo do tempo, espaço, indivíduo e de seu meio cultural.

As tecnologias possibilitaram uma nova forma de registro, uma vez que além da escrita, temos imagens estáticas e dinâmicas que permitem a visão de um conjunto de expressões corporais e verbais. Então, perguntamos: essas novas formas de registro poderiam se sobressair à escrita? Não, assim como os outros meios de expressão também não poderiam ser menos valorizados, já que também são documentos e ainda, na sua forma mais pura³: suporte contendo informação.

Outro aspecto importante é que o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder (LE GOFF, 1996). Analisando, por exemplo, o período da ditadura militar no Brasil, veremos que alguns documentos testemunham-na como uma situação positiva, enquanto em outros, como as expressões procedentes da população em geral, muitas vezes alvo de censura, testemunham como um período negativo ao país e aos brasileiros.

Por vezes, os documentos não têm a real dimensão dos acontecimentos sociais, pois estão diretamente ligados às políticas e identificações de quem os produziu, levando-nos, portanto, à constatação de que podem ser manipulados. Assim, para

³ Para ser um documento arquivístico é necessário que o documento seja produzido ou recebido por uma pessoa física ou jurídica e, fazer parte de um conjunto documental orgânico. Ou seja, um conjunto de documentos que possui uma relação documental com vínculo arquivístico a fim de refletir as funções e atividade de uma ação.

conhecer o que ocorreu, precisamos do auxílio das outras áreas do conhecimento, não referidas unicamente como científicas, mas incluindo também as fontes do conhecimento social. É necessário buscar outras fontes de informações, refazer a seleção informacional, tentar ver o conjunto como um todo, mesmo que saibamos tratar-se de um impossível, uma vez que ampliando e diversificando nossa busca de fontes, não teremos a verdade absoluta.

Os documentos estáticos possibilitam a compreensão de determinada parte dos acontecimentos, mas não do todo. Em nosso exemplo, para analisar o período da ditadura militar no Brasil, uma das fontes mais ricas são os documentos dinâmicos: as pessoas que viveram na época. Elas passam a ser não só testemunhos, mas também documentos vivos e, novamente manipuláveis.

As formas de representação para a formação da história social não estão apenas nos arquivos, mas sim, em todas as formas de registros, que podem ser através de documentos, monumentos, músicas, poesias, desenhos, pinturas, esculturas, rituais, imagens e das próprias pessoas constituintes do meio. Para (re) construir a memória de uma sociedade, o arquivo é uma importante fonte, entretanto não é a única. É necessário ampliarmos as fontes documentais, mesmo sabendo não ser possível reconstruir os acontecimentos da história tal como se passaram. Trata-se de tentar recriar a própria narrativa histórica, da forma mais imparcial possível e sem a pretensão de afirmação de verdades e de totalização. A percepção de todo o conjunto que engloba uma sociedade, em determinado período, possibilita a compreensão da sua história e, conseqüentemente, sua memória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de representação dos registros humanos sofreu uma ruptura paradigmática com o surgimento da escrita, que modificou a forma de registro da história

ocidental: da oralidade para a escrita. Entretanto, não se trata apenas de modificações nos modos de registrar, mas sim nos próprios modos de produzir a informação e, por sua vez, a história. A grande produção da escrita trouxe a necessidade de um lugar de armazenamento das informações e, conseqüentemente, a necessidade de alguém para não só gerenciar, mas também selecionar as informações. Este lugar contém informações guardadas que formam um conjunto de documentos utilizados para compreender a formação sociopolítica da época.

Com o desenvolvimento das tecnologias foi e, ainda é, possível registrar cada vez mais informações nos mais variados tipos de suporte, material ou imaterial, como é o caso da *Internet*. Entretanto, vivemos em um cotidiano acelerado que nos proporciona uma variedade informacional ampla, que nos disponibiliza um grande espaço de armazenamento, causando uma superlotação informacional e gerando perda da seleção.

A aceleração e a disseminação da informação interferem diretamente na relação da memória social, já que é através dos registros que buscamos compreender a estrutura social. Todavia é importante ressaltar que a memória pode ser manipulada, pois é construída através da comunicação e das informações registradas. Do mesmo modo, há a influência do sentimento de identidade e da relação de lembrança, seleção e esquecimento.

Nos arquivos, para fazer a avaliação, é necessário fazer a aplicação da teoria arquivística, estudo de contexto criterioso a fim de determinar o que vai ser lembrado e o que vai ser esquecido, através dos instrumentos de pesquisa desenvolvidos. A aplicação da teoria arquivística evita a propagação das massas documentais acumuladas e facilita a recuperação da informação, ou seja, auxilia na eficiência de seu gerenciamento, assim como na preservação da memória.

Os documentos são fontes importantes para a história, têm a capacidade de expor o que ocorria no passado pensando na sua própria época e registrando sua própria memória. Entretanto, não podemos nos guiar apenas pelos documentos, já que essas fontes estão relacionadas com políticas e poderes, como já nos referimos acima. Assim, podemos concluir que não representa toda a população de determinada sociedade.

Para compreender a estrutura social precisamos ter a noção história não só a partir dos documentos, já que eles não são a única maneira de representação, mas também das manifestações culturais de todas as formas, independente do suporte. Devemos (re) selecionar as informações e, para isso, é interessante considerar a legitimidade dos outros tipos de representação para além da escrita, recuperar a importância das outras fontes informacionais que tínhamos no passado e que continuamos construindo no presente. Dessa forma teremos outro tipo de representação para a construção e disseminação da memória social, modificando a estrutura histórica e seus registros.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

BRASIL. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BURKE, Peter. **Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna**. Acessado em novembro de 2012. Disponível em <<http://escritoriadolivro.com.br/historias/burke.html>>. Acessado em novembro de 2012

JARDIM, José Maria. A intenção da memória nos arquivos Públicos. **Ciência da Informação**, v.25, n.2, 1996. Disponível em <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/439/397%3E>> Acessado em novembro de 2012

LE GOFF, J. **História e Memória**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996

LOPES, Luis Carlos. **Arquivópoles: uma utopia pós-moderna**. Brasília. Acessado em novembro de 2012. Disponível em:

http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=5d86a6ef-935b-40c2-9ca9-a41f2b98aa68&groupId=10136>. Acessado em novembro de 2012

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. Ed. Il. Ver e atual. São Paulo: Ática, 1998. 519 p.:il.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Paris: Arléa. 1995.